

“Nem existir é mais que um exercício
de pesquisar de vida um vago indício,

a provar a nós mesmos que, vivendo,
estamos para doer, estamos doendo.

.....

dor do espaço e do caos e das esferas,
do tempo que há de vir, das velhas eras”! (14)

E sempre se coloque diante de nós a questão do homem que somos, nosso caráter e nosso destino; questão do que haveremos de ser segundo o que temos sido, invenção-profecia que não anule a memória-tradição nossa.

E a partir desta reflexão a Metafísica sobre o homem, ser-brasileiro, seja centro de estudos e de pesquisas da Antropologia Filosófica, ajudada por conhecimentos definidos por outras ciências e inclusive pela Teologia, como aliás tentamos nós fazer, com certa anterioridade, pelo menos, no Norte e Nordeste do Brasil, quando conseguimos que dentro da Metafísica, na Universidade Federal de Pernambuco, e portanto como questão metafísica, se estabelecesse o estudo ontológico da realidade humana, ajudados por quem, conhecedor de ciência, pudesse dar o material necessário para uma análise do ex-sistente, homem, ser histórico e tempóreo, e com isto já tentamos iniciar o estudo do homem ser-brasileiro.

E nem minimizamos o trabalho pelo qual o homem formando-se homem modifica o mundo, seu mundo, integrando e fecundando o passado-presente em função do futuro, nem também o trabalho laborioso de todas as considerações sobre o homem, como dizia corretamente Heráclito para os homens de seu tempo e de todos os tempos:

“Não encontrarás os limites da alma, qualquer que seja a direção de teu caminho, tão profundo é o seu logos”.

(frag. 45)

14) CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, “Relógio do Rosário”, *ibid.*, pp. 218, 219.

Paixão e morte de Oswaldo Cruz

WALDEMAR DE OLIVEIRA

A vida e a obra de Oswaldo Cruz só podem ser compreendidas e só devem ser avaliadas se se considerar a época em que se afirmaram. De outro modo, impossível configurar a grandeza da tela. A moldura é o Rio de Janeiro dos começos do século e são os seus homens, à frente Rodrigues Alves que, do Império, trazia à República, em porções iguais, experiência e patriotismo. Deu-se conta, logo, do que era a capital do seu país, tão bem descrita por Luiz Edmundo: “Pela aurora do século, conservava a sordidez e o mofo dos velhos tempos coloniais, quando o progresso rondava à entrada da barra, mas não entrava, tempos da casa feia e sem conforto, da rua estreita e não arborizada. Vivia o povo esperando o carnaval, os balões e as fogueiras de Santo Antônio e de São João, enquanto a bubônica, a amarela e outras epidemias dão trágicos festins pela cidade. Obituário em ascensão. Procissões pelas ruas”.

Em sua zona central, o Rio é um amontoado de pardieiros erguidos entre vielas e becos, empinados sobre outeiros e morros, labirinto oriental em que cada casa, atravancada de gente, é valhacouto de ratos e viveiro de mosquitos. O povo, porém, ainda não relacionara rato a peste, mosquito e febre amarela, promiscuidade a varíola. Nem percebe, em pleno centro urbano, a má vizinhança dos estábulos, a sordidez dos quiosques e o perigo do lixo, onde se banqueteam, a céu aberto, as ratazanas. Por conta de tal situação, que entretém endemicamente a tria-de terrível, os navios de carga escasseiam, na baía da Guanabara; os de passageiros, vindos do exterior, passam ao largo, condição antecipadamente assegurada pelas companhias de navegação; a imigração se restringe, o crédito do país se abala, o crescimento demográfico se faz lentamente, por serem os jovens os mais atingidos; e raros estrangeiros (de 1897 a 1906, 4.000 deles morreram de febre amarela) resistem, obedientes à reco-

mendação de não chupar manga... Não se perdera a memória da torpedeira italiana "Lombardia" que, em 1895, deixara sepultados, no Rio, 136 dos seus 240 homens. Em 1903, dão-se, na Capital Federal, 584 óbitos por febre amarela, 360 por peste e mais de 800 por varíola. Até existia, na cidade, uma certa "Casa das Fazendas Pretas", especialista em luto... Como escrevera Afrânio Peixoto: "... a capital do país dava internamente o exemplo de corrupção, e ao estrangeiro fazia justamente suspeitar de todo o Brasil".

Esse Rio de Janeiro constitui, por muito tempo, o exemplo da grande cidade brasileira onde uma elite de homens públicos e profissionais liberais, de poetas e escritores, de cientistas e parlamentares, contrastava, fortemente, com a mentalidade do povo, analfabeto e deseducado, inteiramente submisso à "rotina do chiqueiro". Conformado à imundície, ainda atribuía as doenças que o afligiam ao "gênio mefítico" dos pântanos, senão a castigos dos céus, aos quais implorava raios e trovões que o livrassem dos males.

Olhado à distância do tempo, parece-nos impossível a obstinada resistência que a gente do burgo infecto opunha à revisão dos seus hábitos de sujeira e resignação. E mais: que tão mesquinhos fossem, ainda, as atitudes da oposição política, sempre pronta a comungar, de público ou ocultamente, com as reações populares, desde que do tumulto pudesse retirar suas castanhas assadas. A evidência surgiria, claramente, do motim em que culminou a campanha contra a vacina obrigatória. Mas, durante toda a administração de Oswaldo Cruz, essa vesga oposição alimentaria, solerte, mas, generosamente, a fogueira da insatisfação popular. Fazendo acreditar na legítima reação do povo à violação de pretensos direitos seus, outra coisa não fazia senão mantê-lo em servidão, entre o lixo e a esterqueira. A oposição daqueles tempos ficaria como modelo maior da política brasileira. E a imprensa que a açulava, como exemplo de premeditada ignorância, incompatível com o superior exercício do jornalismo.

No campo da Saúde Pública, sucediam-se, inoperante, as administrações sanitárias. Ao fim de cada uma, o povo repetia:

"tudo passa e a febre fica". A resignação fatalista vinha do Império, com a cólera, a varíola, a febre amarela, e se estendia à República, que, em 1899, lhes acrescenta a peste bubônica em sua entrada triunfal pelo porto de Santos, no quadro nosológico do Brasil.

É chamado a combatê-la um certo Oswaldo Gonçalves Cruz, que já dirigia o Laboratório da Policlínica do Rio de Janeiro. Irá mostrar se alguma coisa aprendeu no Instituto Pasteur, de Paris. E como o Governo decide instalar, numa fazenda em Manguinhos, o Instituto Soroterápico, para fabricação do soro anti-pestoso, o prof. Roux, diretor daquele mesmo Instituto Pasteur, é solicitado à indicação de um nome, para a sua direção. O prof. Roux estranha. Pois, não possui o Brasil esse homem providencial?

Possui, sim. É aquele cujo nome Sales Guerra leva ao ministro José Joaquim Seabra, como mais capaz do que ele próprio para o cargo de Diretor da Repartição Geral de Higiene. O mesmo que Seabra submete à aprovação de Rodrigues Alves. E o velho conselheiro, ajeitando os óculos oblíquos:

— Quem é esse Oswaldo Cruz?

Saberia pouco tempo depois, no dia seguinte mesmo, porque, tendo-lhe assegurado carta branca, nomeou-lhe um secretário, sem o ouvir. Pretendeu Oswaldo Cruz renunciar ao cargo, o que fez Rodrigues Alves voltar atrás, primeira amostra de sua clarividência política e do seu decidido empenho em prestigiar o seu mais novo auxiliar.

Empossado, Oswaldo Cruz manifesta sua intenção de visitar Cuba, a inteirar-se dos processos ali aplicados, vitoriosamente, contra a febre amarela. Recebe os primeiros ataques da imprensa. Pois então, chamado a ver um enfermo em estado grave, o médico lhe diz: "Espere um pouco, eu vou ali ver as últimas novidades para o seu tratamento?" Arrisca-se a encontrar, de volta, morto, o doente... Surge, até, uma música que faz sucesso, com sua letra satírica:

Embora moço, já sou um sábio,
muito talento em mim se incuba.
Hei de mostrar prá quanto presto,
espere um pouco, eu vou a Cuba!

Desta cidade, tão malfadada,
eu quero já que o nome suba.
Vou saneá-la, matar a febre,
espere um pouco, eu vou a Cuba!

Atendendo à urgência de sua ação, Oswaldo Cruz desiste da viagem. E arregaça as mangas, começando por unificar os serviços municipais e federais de Saúde Pública, submetendo-os a uma só direção. Elabora um Código Sanitário, que lhe dê apoio jurídico, apresenta um orçamento de cinco mil e quinhentos contos; pede 1.200 homens para organizar sua equipe de trabalho; reformula serviços; cerca-se dos melhores sanitaristas da época, à frente Carneiro de Mendonça — e abre suas baterias pela higienização do Rio de Janeiro, apontado como “vergonha nacional do Brasil”. Como o dinheiro não chega, dos 1.200 homens apenas lhe aparecem 65 e o Código Sanitário lentamente transita pelos canais competentes (ou incompetentes...), Oswaldo Cruz não espera: põe-se a trabalhar com o que Deus é servido dar-lhe.

Encontra resistência, porque as medidas saneadoras se somam às do prefeito Pereira Passos, o “bota-abáixo”, como ficou cognominado. Contra os proprietários que se recusavam a colaborar na remodelação da cidade, o Haussman caboclo agia pela força, pela surpresa, pela rapidez. Tinha pressa, talvez porque já contasse 70 anos. Em 14 meses, projetou e abriu a Avenida Central, demolindo 500 prédios. Partiu, depois, para a Beira Mar, até Botafogo, o que significava a ligação da zona sul com o centro. Ataca a Mem de Sá, a Gomes Freire, a Pereira Passos, alarga a Urugaiana, a Carioca, a 13 de maio, a marechal Floriano, liga o Cais Pharoux à Praça Tiradentes, pela 7 de setembro e pela Assembléia, desafogadas. Nada resistia aos alvíos da Prefeitura, que arrasa, em dois tempos, 1.200 prédios e, mais, os morros do Senado e de São Bento. Perguntava-se: “onde

vão morar os pobres que estão sendo desalojados? Não há de ser nos prédios luxuosos que vão ser construídos!” Maldizentes indagavam: “Para onde vai tanto entulho?” Passos aterrava, com ele, a baía, para construção das obras do porto, que iam acabando com os monturos e a fedentina da Gamboa e da Saúde. O escritor Souza Pinto testemunhou: “Repete-se aqui a cada hora um cataclisma assombroso, tremendo, que, congestionando o solo e convulsionando o ar, despedaça, arrasa, velhos, sisudos muros sólidos. O ataque é cerrado, impiedoso, incessante. Alas inteiras de casas ruem, desaparecem da noite à manhã. As ruas alargam-se, transformam-se, endireitam-se. Dir-se-ia que manobra por aí fora um exército colossalíssimo de cíclopes ou, então, uma invisível e imensa armada de térmitas. Noite e dia, a picareta vibra e abate, ávida de sepultar num ápice as deploráveis fachadas, os sórdidos esconderijos, os estrangulados labirintos. (...) Os turnos de operários revesam-se sem cessar. É uma alucinação sem tréguas. (...) Desta admirável azáfama, nasce um terrível, inevitável inconveniente: a poeira. É assustador. Não há banhos, não há escovas, não há sabão, não há água, que a vençam, como não há olhos que lhe resistam, nem gargantas... Onde ontem havia uma rua, há hoje uma praça em ruínas; a esquina que dobraste à tarde, desapareceu na manhã seguinte. A maioria das casas de negócio anunciam, com grandes letras e prometedores descontos, que se mudam ou liquidam para demolição do prédio. (...) O prefeito Pereira Passos é, presentemente, o nome mais sabido, mais repetido, mais criticado e mais elogiado do Rio de Janeiro. É para alguns um deus e a nova cidade deve-lhe profundo culto. Para outros é o extermínio, o carrasco inexorável, um espectro pavoroso. Ou esse homem insinuante inaugurou outra mocidade ou lhe falsificaram a idade, na certidão”.

Transformando o Rio, da noite para o dia, Passos plasmava a “cidade maravilhosa”, cognome que data dessa época: fazia urbanismo, promovia salubridade, criava beleza, arborizando as perspectivas e ajardinando as praças. Houve quem escrevesse que pouco adiantaria tudo isso sem higienização. Erro de ótica: tudo isso já era higienização.

Ao destruir velhos túneis onde vivia uma população de ratos superior à humana que os cobria, ao exigir, para novas construções, a óbvia impermeabilização do solo, medida indispensável de antirratização, ao destruir muros enfeitados de cacos de garrafa e esvasiar esquecidos depósitos de água, Pereira Passos, com Paulo de Frontin ao lado, trazendo, em 7 dias, água à cidade, ajudava a obra de Oswaldo Cruz. Nunca, em qualquer tempo e em qualquer ponto do globo, triunfaram, de mãos tão fortemente apertadas, como no Rio de Rodrigues Alves, Saúde Pública e Urbanismo. A larga cirurgia da picareta fez mais, em favor da extinção da febre amarela e da peste, no Rio, do que todos os tóxicos e todas as ratoeiras espalhadas pela cidade.

A grita explode contra a atividade dos "mata-mosquitos", que violam os lares e ameaçam a segurança individual. Sucedem-se, em defesa de supostos direitos, os habeas-corpus, sistematicamente concedidos após decisão do Supremo Tribunal Federal, presidido por Epiácio Pessoa. Entretanto, quando uma atriz visitante — Georgina Pinto — morre de febre amarela (como, anos depois, morreria, no Recife, outra grande atriz de opereta, Dolores Rentini) a imprensa explode: "O Presidente da República, os Ministros, os altos funcionários, logo que chega o verão, mudam-se para Petrópolis, procuram acautelar a saúde, e os outros que cá ficam — que se arranjem. Isto foi e será sempre assim. Pobre Georgina Pinto, pobre povo, pobre país!" Escragnolle Doria estranharia, tempos depois: "Gritava-se antes contra a incúria dos governantes; gritou-se quando se mexeram".

Oswaldo Cruz não teme os vendavais. Multiplica suas ofensivas, dono de uma verdade que não é, apenas, a sua verdade, mas, a grande verdade da Ciência. Não se entretém em polêmicas. Não dá notas oficiais. Não pode perder tempo. Homem que tudo planejava, sem nada esquecer, agindo sempre dentro da lei, procurava cercar-se de leis. Seu pretenso despotismo refletia virtudes de um comandante ciente e consciente de como fazer e para onde ir. Fugiu, como assinalou Veloso Costa, do normal do excesso de teoria em quem planeja e de prática em quem executa.

Recursos realmente ponderáveis só lhe vêm um ano depois, quando consegue organizar a Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, dividindo o Rio em dez Delegacias. Eis a razão de se dizer que somente começou a trabalhar em março de 1904, quando se comprometeu com Rodrigues Alves a extinguir a febre amarela, no Rio, três anos depois. Os humoristas, que nunca faltam neste país, glosam a promessa feita, afirmando que Oswaldo Cruz acabará com a febre amarela no dia tal, de tal ano, a tantas horas, tantos minutos e tantos segundos...

Aprovado o Código Sanitário, logo o povo o crisma de Código de Torturas. Sátiras encham os jornais:

Leitores, acaso conhecem o Oswaldo
rapaz elegante, rapaz dos bonitos
que mata a amarela matando mosquitos
dos quais resta apenas um último saldo?

Conhecem-no, acaso, leitores fiéis?
É um moço comprido que traz na cachola,
correta, escovada, luzente cartola,
cartola do custo de trinta mil réis.

As damas, ao vê-lo, altivo, discreto,
na sobrecangica solene que traz,
murmuram, pasmadas: que belo rapaz!
e os homens exclamam: que cabra correto!

.....

Aí têm os leitores, em breve resinga,
o autor do já célebre Código Novo,
que num torniquete quer por o Zé Povo,
trazendo-o na ponta de uma seringa.

Não acham, porém, que o bom senso aconselha
no autor de tal Código exame acurado?
Eu acho, pois ereio-o mas é precisado
de um quarto, no Hospício da Praia Vermelha.

Oswaldo Cruz não se altera, diante dos remos repetidos.
Celebrou ele uma conferência com o Ministro? Claro: se cele-

brou é porque é célebre. Confabulou com o Presidente? Lógico: confabulou porque é fabuloso. Essa carga de ridículo que tanto agrava a descrença do povo, espicaça-o: o que não pode fazer de um modo, faz de outro. Até onde não haviam chegado os habeas-corpus, chegavam seus homens, em suas sacolejantes viaturas a dois cavalos, manejando precários dispositivos de fumação e arrostando com as cruéis consequências de que está cheia, também, a história do sanitarismo, em Pernambuco: o insulto, o apedrejamento, a agressão, o saque.

Um verzejador profetiza:

Hás de também ser mordido
mestre Oswaldo, perseguido
por um milhão de malditos
ratos bravos e mosquitos;
e com eles sossegado,
não ficarás um bocado.
Hás de sentir a provança
de constante e feroz dança.
Hás de enfim ser perseguido
como o Zé Povo tem sido
por ti, que barbaramente,
martirizas toda a gente!

Dezenas de caricaturas surgem nas revistas ilustradas e Oswaldo Cruz as coleciona a todas, carinhosamente — coleção que Edgar de Cerqueira Falcão reproduz no seu “Monumenta Histórica”, magnífica edição da Hoescht. Um homem como esse, olímpicamente indiferente aos agravos irresponsáveis, dá pano para as mangas aos caricaturistas: “Higiene a muque!” é o título de um desenho. E como única legenda: “Ou vai ou racha!” E para que servem os 5.500 contos pedidos ao Governo? Para martirizar o povo! Não é este a vítima de sempre? Sim: “vítima de sempre” é, precisamente, o título de outro, no qual Pereira Passos, ao fundo, afia sua faca, querendo tirar, também, o seu pedaço. A mais cruel caricatura, porém, publica-a “O Malho”: a de dois meninos levados à presença de um dele-

gado de Polícia por estarem brigando na rua. E por que? Porque um chamou o outro de... — Oswaldo Cruz!

O Mestre não dá nenhuma resposta — e nisso reside muito de sua grandeza. Só uma vez sai do seu mutismo, para declarar: “A minha resposta dá-la-ei em breve: será a extinção da febre amarela”. Redobram os achincalhes. O Governo hesita. Oswaldo Cruz dirige-se a J. J. Seabra: “Tenho absoluta certeza de que se a campanha for atenuada ou modificada, irromperá nesta cidade uma das maiores epidemias de que há memória, pois todos os fatores estão presentes e também o combustível — o imigrante”.

Ao escrever, no álbum de uma senhorinha, numa festa de caridade — não frase de lirismo, mas, a prosáica afirmativa — “*O Stegomya fasciata* é o único transmissor da febre amarela”, Oswaldo Cruz provoca a musa vadia:

Tínhamos nós, há longo tempo, cloacas
imundíssimas. Tínhamos vielas
bem mais imundas do que aquelas
e esterqueiras e estábulos de vacas.

Tínhamos capinzais e hortas e fracas
casas onde o ar só vem pelas janelas.
Tínhamos podridões, sujo, mazelas,
lama na rua em duradouras placas.

De tais coisas talvez nascesse a febre
mas vem da Higiene um médico famoso
por mil monografias reputado

chega e, sábio que ele é, levanta a lebre
e diz: “Da febre o autor, que é perigoso,
o autor é só o mosquito... se é rajado!”

Tal era a grossa casca da ignorância, no Rio daquele tempo. Entretanto, Oswaldo Cruz não trazia novidades. As primeiras noções tinham vindo de Nott, de Beauperthuy, de Carlos

Juan Finlay, médico cubano, que identifica o *Stegomyia fasciata* como o mosquito especificamente responsável pela transmissão do mal amarelo. Missão médica militar, chefiada por Walter Reed, em 1900 (época da ocupação da Grande Antilha, pelos norte-americanos) sanciona a descoberta, confirmada por William Crawford Gorgas, chefe de uma comissão de técnicos norte-americanos empenhados na erradicação da febre amarela, em Cuba, do mesmo modo que por White, em Nova Orleans e por Liceaga, no México. A notícia já chegara ao Brasil: Emilio Ribas, em janeiro de 1901, publicava, em São Paulo, um opúsculo sobre “o mosquito considerado como agente de propagação da febre amarela”, tendo aplicado seus conhecimentos nas epidemias de Jaú e de Dois Córregos, em Campinas e em Santos. Entre fins de 1902 e começo de 1903, o mesmo Emilio Ribas e, mais, Adolfo Lutz, Luiz Pereira Barreto, Adriano de Barros, Silva Rodrigues, haviam realizado, no Hospital de Isolamento, em São Paulo, demonstrações experimentais, conseguindo infectar indenes, com resultados benignos. Rezam as crônicas que Ribas e Lutz foram os primeiros, “fazendo-se picar e picar bem por vários mosquitos infectados”, como se lê no Relatório da Comissão Médica incumbida de observar os trabalhos. Suas conclusões serviram de base à memória apresentada (segundo narra Vital Brasil) ao 6.º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em junho de 1903, por Emilio Ribas. Note-se a data: Oswaldo Cruz já assumira ser cargo. E, antes dele, já Carneiro de Mendonça agira, como sanitaria, na conformidade da conhecida noção. Somente a imprensa carioca e a oposição política ignoravam a verdade científica mundialmente conhecida. Podendo, uma, ajudar e a outra, pelo menos, calar (já que seria muito aplaudir), ligaram-se xifopagicamente para contrariar, denegrindo. No mesmo ano de 1903, no Rio, sob as vistas de Marchoux, de Salimbeni, de Simond, componentes de uma missão científica francesa, se haviam repetido experiências concludentes, assegurados seguros especiais aos que voluntariamente se submetiam aos riscos da inoculação infectante. Duas mortes provaram a doutrina científica. O próprio Oswaldo Cruz disse-cara, com seus colegas, os corpos sacrificados à Ciência, em busca da verdade. E chorou com o bisturi a tremer-lhe na mão. Inútil, para imprensa e oposição, o que se provasse e compro-

vasse. O interesse coletivo se situava no degrau mais baixo de sua escala de interesses.

Ao recebê-lo, alguns anos depois, na Academia Brasileira de Letras, Afrânio Peixoto escreveria: “Todos os dias reis e estadistas, industriais e aventureiros, imprudentes e desastrados, causam a morte a milhares de homens, (...) sem responsabilidade, sem remorso. Mas, vós, sacerdote de uma religião, porque o deve ser a vossa medicina de desprendimentos e de altruísmo, pelo bem de todos, pelo bem de cada um, a vós deve ter pesado muito e feito muito sofrer vos encontrardes diante da dolorosa necessidade. Estou que alguns dos vossos cabelos brancos alvejaram nesse dia... A vossa consciência justa vos deve ter consolado de que éreis apenas sacrificador eleito pelo destino: fostes forçado a cumprir, uma vez mais, a velha lei da história que exige, para a menor das conquistas na felicidade do homem, um pouco de sangue derramado. A remissão do pecado, a honra, a glória, a justiça e até mesmo a verdade, custam sangue...”

Não defendia, Oswaldo Cruz, pois, verdades que ele próprio houvesse proclamado. Não lhe coubera, na verdade, a descoberta da transmissão específica da febre amarela, nem a da cadeia rato-pulga-homem, nem a da vacina anti-variólica. Coube-lhe, tão somente, aplicá-las, na capital brasileira. Mas, esse “tão somente” é que encerrava um mundo de dificuldades, a reclamar aquelas virtudes raras de cientista e de administrador que consagrariam Oswaldo Cruz. O “tão somente” que nos tem faltado, até hoje, para acabar com a esquistossomose, com a filariose, com a doença de Chagas...

O higienista tem nisso sua mais alta qualidade: não precisando preocupar-se das causas, tarefa dos pesquisadores, ocupa-se, necessariamente, dos efeitos. Homem de pensamento, mas, acima de tudo, homem de ação, é mais da Ciência Aplicada do que da Ciência pura. Na luta em que se empenhava, o seu mais precioso colaborador, lento, mas, infalível, seria o Tempo. Palavras pouco adiantavam para convencer os incrédulos. Sua meta somente seria atingida — não subitamente, como nas mágicas, mas, lentamente, na monótona fluência dos dias. Era uma em-

presa a longo prazo: somente com três anos de trabalho intenso, a febre amarela será contida e somente no fim de seis, cairá a zero, no obituário. A peste virá a desaparecer, totalmente, dez anos depois, mas, já em 1909, é um perigo controlado. A varíola resiste, porque, à falta do apoio oficial, lhe não foi possível generalizar, como tentou, a vacinação intensiva do povo.

Mas, Oswaldo não cede. Não esmorecia para não desmerecer. Quatro verbos emolduravam o seu braço: saber, esperar, querer, poder. Ele sabia e esperava; e o seu poder vinha do seu querer. Ademais, tinha a seu lado, três homens: Seabra, que o indicara e o mantinha; Rodrigues Alves que o prestigiaria até mesmo quando o próprio regime periclitasse; Pereira Passos, com o qual sincronizou, desde o início de sua cruzada. Sem Rodrigues Alves, Oswaldo Cruz não teria triunfado. Com outro que não Pereira Passos provavelmente teria enfrentado as mesmas dificuldades que derrotaram os seus antecessores — Paula Cândido, Domingos Freire, Torres Homem, Nuno de Andrade. Ter-lhe-ia sido impossível guerrear sozinho. Respalado nas supremas autoridades de sua área, bem que o chamaram Oswaldo Costas Quentes. Graças a isso, foi-lhe possível promover visitas domiciliares em 65 mil prédios do Rio, condenar 5 mil deles, derrubar centenas de construções de madeira podre, remover toneladas de lixo. Olavo Bilac não deixou passar a “deixa”: “O que o amor à limpeza pode conseguir, já o estamos vendo. A Diretoria de Saúde tem retirado dos quintais e telhados tanto lixo que a gente chega a estranhar que, no meio de tanta imundície, não se hajam manifestado epidemias horríveis na cidade, matando cem ou duzentas pessoas por dia”.

Todavia, nem o povo se convence, nem abrem mãos, os jornalistas, da rica matéria prima que Oswaldo Cruz lhes proporciona. Surge o noticiário jocoso: “Da febre amarela as notícias são as mesmas. A ordem é matar mosquitos a ferro, a fogo, a pó, a água, a fumo, a seringa, a dedo. Feito isto, não teremos mais que recear e, extinto o último culicídeo rajado, extinto estará o último vômito preto. Diabo, se a febre amarela dá para fugir com o culicídeo à seringa”.

Que importava a tal jornalismo desenvolvido e impuro o testemunho de sábios estrangeiros que visitam o Rio — Otto e Neuman, da missão alemã que sucede à francesa? E as conclusões do Congresso Internacional de Paris, onde Gabriel Piza defende a boa doutrina? Pasquim insiste, numa página de “O Tagarela” (nunca um nome foi tão bem posto!), apresentando Oswaldo Cruz como um pernillongo que importuna o sono do Presidente:

O povo é que não quer saber de histórias,
acha que as suas lutas e vitórias,
não passam de pilhérias ratices,

e todas as fantásticas brigadas
contra os mosquitos são consideradas
como a maior de todas as tolices!

Um outro, do mesmo padrão, mostra sua incontrolável ignorância: “O Diretor de Higiene não é má pessoa e a população lhe deve ser grata: a idéia do mosquito é que é irrisória. Quando se quer amesquinhar alguém, basta dizer — não vale um mosquito. Pinta-se a morte, em geral, como uma velha, de terrível catadura, armada de foice. Pintá-la como um mosquito, seria cômico...”

Dir-se-ia ocorrerem escusos interesses (já àquela época existiam forças ocultas) em manter a imagem do Rio como porto sujo, porque, de todos os lados, despedem-se setas contra Oswaldo Cruz. Amadores do Grêmio Dramático da Tijuca vivem um pitoresco diálogo entre um anófeles e um culicídeo; certo português, dono de uma cabeça-de-porco cheia de ratos e sevan-dijas, tentava pedir a intervenção da Embaixada do seu país contra o constrangimento que sofria, naturalmente no seu direito de morrer de febre amarela; numa coluna de jornal, afirmase que os cinco mil e quinhentos contos pedidos vão desaparecer — e os mosquitos, não... — miséria que atingia Oswaldo Cruz na sua fibra mais sensível, como afirmou sua filha: a honrabilidade.

Nem a isso dá, ele, resposta. Como não dá aos epítetos mais contundentes com que o alvejam: Luiz XIV da seringaço, Papa-mosquitos, dr. Cuba da Cruz, o Nero da Higiene, o Czar dos Mosquitos o Scarpia da Higiene, o Guilherme Tela de arame, o dom Ratão — e outros, menores — moleque, pivete, analfabeto... As caricaturas se multiplicam. Delas, porém, já se disse que são o pedestal para o bronze definitivo. Os homens públicos têm de começar por experimentar essa faca de dois gumes — e partir daí para a consagração popular. Ser esquecido pela caricatura é que é sofrer penosa humilhação.

Não se pense, porém, que só o povo se ergue contra o saneador. Também das elites partem vergonhosas resistências. Antônio Austregésilo escreveu: "Testemunhei as agressões insidiosas de professores e profissionais da medicina contra o portador da nova seita da consciência sanitária". No Parlamento, de língua solta, estão Barbosa Lima, Barata Ribeiro, Rui Barbosa. Na imprensa, se um Medeiros e Albuquerque defende Oswaldo Cruz, Bastos Tigre lhe dedica suas rimas fáceis, desfrutando a mais temível liberdade de imprensa — a liberdade sem responsabilidade. Nesse clima, estoura como uma bomba mais uma façanha da Higiene: já se não queimam os colchões e os travesseiros utilizados pelos amarílicos! E no entanto, nada mais lógico: provada a transmissão da doença pelo mosquito, a desinfecção terminal não tem mais cabimento. Conta-se que o próprio Rodrigues Alves interveio para que se respeitasse o velho hábito da população. Oswaldo Cruz relataria, pouco depois: "O Presidente foi muito gentil, fazendo um pedido, quando me poderia ter dado uma ordem. Infelizmente, não poderei atender ao seu pedido. Se deixar que sejam queimados os colchões e travesseiros tidos como poluídos, ao ser exterminada a febre amarela não faltará quem diga que foi por causa disso e não da destruição dos mosquitos". Foi nessa ocasião que, cedendo às razões de quem sabia mais do que ele, Rodrigues Alves proferiu frase que a História guardou: "É impossível que esse moço não tenha razão".

Em lugar da desinfecção terminal, Oswaldo Cruz se voltou para os expurgos de casas e quarteirões inteiros, envoltos em imensos toldos. Explicaria à Justiça, sempre inclinada aos ha-

beas-corpus: "Uma ou duas casas de uma rua inteira que escape ao expurgo darão guarida aos numerosos insetos infeccionados e rechaçados, espalhando a infecção numa proporção constrictadora: cada mosquito infeccionará uma dezena de pessoas, que por sua vez infeccionarão uma centena de mosquitos e estes farão a cidade voltar aos tempos de cem óbitos de febre amarela por dia".

Desgraçadamente, por falha do pessoal encarregado dos expurgos, ardem, no mês de junho, algumas casas, em São Cristóvão. Diz um humorista que "o dr. Oswaldo Cruz anda acertado pela primeira vez", porque isso de fogo é próprio do mês de São João... O fato dá capa de revista, apontando Oswaldo Cruz como produto de capivara com cão danado". O povo brada, pela pena de um panfletário: "Casa de pobre a Higiene ataca, mas um dia ela também pode pegar fogo!" "O Malho" investe, furioso: "Estamos bem arranjados se o pessoal da Higiene principia a deitar fogo às casas, como aconteceu, há dias, na residência de Artur Azevedo". E grita outro: "A princípio, o jovem dr. Oswaldo Cruz mandava fumigar d' enxofre as casas, depois mandou envolvê-las em panos e agora manda queimá-las!" E mais outro perde as estribeiras: "A continuar o vandalismo dessa higiene incendiária, ao fogo crepitante do desvario oficial, terão os vitimados, se não lhes valerem os tribunais da União, de opor talvez o fogo das balas, em legítima defesa do lar... Está definitivamente tudo errado: só nos faltava o incêndio, em nome da lei!" Aqui e ali, há vociferações tremendas: "Se o Governo cria o direito a seu talante, o Governo está fora da lei. Nem constitui mais Governo. Aos habitantes do Rio, cumpre-lhes rebelar-se. Como não, se com o Código de Torturas o Governo se propõe martirizá-los? Em tais condições, nada mais legal do que opor barreiras à monstruosidade, que reagir..."

Era o incitamento à revolta: os auxiliares da Saúde Pública são agredidos; o carro de Oswaldo Cruz é assaltado e sua casa, onde se refugia, apedrejada.

Oswaldo Cruz não se atemoriza. Prossegue nos expurgos, visando dupla finalidade: combate ao mosquito e combate ao rato e suas pulgas. Decidido a exterminar os dois males, manda

construir uma lancha especial para aplicar gás sulfuroso e vapores de fenol nos navios suspeitos e chega a planejar encher os esgotos da cidade, com água do mar, o que o mau estado da rede não permitiu. A mortandade dos roedores era imensa: contavam-se 5 a 6 mil, cada mês, pagando-se a 300 réis os que à Higiene fossem entregues pelo povo. Surgiu, em consequência, o rendoso negócio da criação de ratos, uma delas em Niterói, outra em Macaé, de onde um "industrial" aparece com uma conta de oito contos de réis... Negócio frustrado, porque, descoberta a fraude, exigiu-se a prova da naturalidade do bicho, que tinha de ser carioca mesmo... A verve de um jornalista se expande numa tabela pitoresca: ratos barrões, a tostão; bebês, a 2 vinténs; sogras, a 3; donzelas, a 4; grávidas, a 6 vinténs. E surge, até, uma polca que o Brasil inteiro repete...

O pior estava para vir, quando chega a vez da varíola. Mas, se a febre amarela era o mosquito e a peste, o rato, a varíola fia mais fino: por ser doença de contágio direto, tem de ser contida, para além das medidas de profilaxia geral, pela vacinação específica. Isso significa que a população teria de sofrer então, como vulgarmente se diz, na própria pele. Tornada obrigatória, já, em vários países — na Alemanha, desde 1874, o que lhe valeu extinguir totalmente a doença — Oswaldo Cruz tenta lei semelhante, no Brasil. Essa vai ser a sua maior batalha, uma batalha que perderá, embora vença a guerra. Um Waterloo sem Santa Helena. É que tem de enfrentar um novo e perigoso inimigo: o positivismo, que extravasa de doutrina filosófica, sem raízes profundas no espírito público, para revestir o caráter de um partido político, fortalecido pelo elemento militar que, desde a guerra do Paraguai, influía poderosamente nos destinos políticos do País. A República se fizera ao fluxo de patentes militares educadas nos preceitos de Augusto Comte e a legenda da nova bandeira não deixava ilusões sobre isso. Somente razões de natureza científica, ou filosófica, não justificariam a celeuma surgida durante a discussão do projeto de lei da vacina obrigatória. Estranhando-a, Salles Guerra deduziria, logicamente, que "outros sentimentos, quiçá de natureza mneos confessável, deviam estar em ação".

Algo, realmente, se passava nos bastidores da política. Lauro Sodré se movimenta, braço dado a Vicente de Souza e a Barbosa Lima, que, na tribuna parlamentar, mantém acesa a flama da resistência. Rui Barbosa, que anos depois exaltaria a memória de Oswaldo Cruz em grande solenidade, no Teatro Municipal, afirmando que o ano de 1903 "deve inscrever-se em caracteres imortais na história do Brasil, como um dos mais áureos desta nacionalidade", conclama: "Senhores, assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. Uma envolve a região moral do pensamento. Outra, a região fisiológica do organismo. Dessas duas regiões se forma o domínio impenetrável da nossa personalidade. Até aqui, até a pele que nos reveste, não pode chegar a ação do Estado. Sua polícia poderia lançar-me a mão à gola do casaco, encadear-me os punhos, lançar-me ferro aos pés. Mas, introduzir-me nas veias, em nome da higiene pública, as drogas da sua medicina, isso não pode, sem se abalancar ao que os mais antigos despotismos não ousaram..."

Convenhamos: algumas dúvidas poderiam ainda pairar, naquela época, no espírito da população, acicatado pelos defensores da fé comteana. E por força, também, de comentários, na imprensa, dos próprios advogados da vacinação. O prof. Rocha Faria, por exemplo, vinha afirmar que "a imunidade obtida pela vacina não é absoluta, nem permanente"; o prof. Miguel Couto lembrava que as soluções de continuidade da pele podem ocasionar infecções secundárias, se não forem tratadas convenientemente. E quando o prof. Carlos Seidl vem afirmar que "os alemães estão satisfeitos com a sua lei de obrigatoriedade", o dr. Bagueira Leal, médico e fanático pelo Positivismo, pula na arena, transcrevendo a opinião de três cientistas alemães: a do dr. Yung — "para grande pesar meu, foi só na velhice que reconheci que a vacina não é uma bênção, mas, uma maldição para a humanidade"; a do dr. Bohm — "nem a pólvora, nem o chumbo, nem a lança, nem o sabre, têm destruído tantas vidas como a lanceta do vacinador"; e a do dr. Weiss — "eu merecia que me enforcassem no mais alto pinheiro da Floresta Negra como castigo pelos crimes de vacinação que por muito tempo cometi contra o pobre povo".

Bagueira Leal era fértil. Escrevia artigos sobre artigos. Para ele, a vacina anti-variólica era o envenenamento forçado da espécie humana. Entre seus efeitos, catalogava a sífilis — pois, *pox* não significa, em inglês, segundo Littré, sífilis? Conclusão: vacinação obrigatória é sinônimo de sifilização obrigatória. Não é que ela produza a sífilis, não. Ela é a própria sífilis. E só a sífilis? Não. Também a tuberculose, porque a vaca — recorda Bagueira — é o animal tuberculoso por excelência, pelo que, conclui, “um dos meios mais racionais de concorrer para diminuir os estragos da tuberculose é suprimir a vacina; um dos meios mais certos de incrementar-lhe o desenvolvimento é decretar a vacina obrigatória”. Mesmo porque — lá está em destaque — “pús não dá saúde”. E os médicos da Higiene ainda ganham dinheiro vendendo a carne dos bezerros infectados.

Também lepra. Para o Bagueira, “a vacina é uma causa verdadeira da imensa difusão que a lepra tem tido”. E, para além disso tudo, os acidentes consecutivos à vacinação — “albuminúria, bronco-pneumonia, convulsões, diarreia, epilepsia, gangrena, hemorragias, lupus, meningite, nefrite, edema pulmonar, osteo-mielite do femur, paralisia do braço, pús no sangue, pús na urina, uremia, vacina oftálmica, erisipela, difteria e tétano”.

Nem se viesse dizer que a vacinação produzia uma varíola benigna, pois, tudo não passa de um sofisma — o “sofisma da mitigação”. Nada. O que a escravocracia vacinista deveria fazer era proibir desinfecções, porque viciam o ar. Hospitalização? Somente para quem reclamar. E fundar a “assistência domiciliar” para tratamento dos pobres. Nada de notificação compulsória, que é perjúrio, delação e covardia. Nada de isolamento, que coloca o indivíduo em recintos saturados de infecções. Para ele, o varioloso não é um perigo real; é um perigo conjetural.

O higienista Nuno de Andrade, antecessor de Oswaldo Cruz, na Saúde Pública, comparece ao debate: “Ninguém sustentará que um homem são, pela circunstância de não ser vacinado, constitua um perigo para a incolumidade alheia, que dele precise defender-se. Se a profilaxia pública, no exercício de sua

função social pode e deve isolar o varioloso, para que não contamine o são, não pode *obrigar* o são a vacinar-se para que não adoeca”.

Um outro médico, na revista “Kosmos”, não combate a vacina, mas, protesta contra a sua obrigatoriedade, porque — explica — há organismos intolerantes para a vacina como os há imunes à varíola. Ciência — afirma — não se faz por decreto. Em consequência, “princípio controverso, efeito variável, não é infalibilidade, é dúvida e impô-los não é lei, é violência. A infalibilidade da vacina — insiste — é contestada e contestável”. E assim alinhava sua catilinária: “Futuramente, alguém dirá: “O que? O Oswaldo? Cruz!” Quem sabe, hoje, o nome desse médico?

A verdade é que tantos depoimentos, alguns deles assinalados por nomes respeitáveis, repercutiam no ânimo público, despertando compreensiva revolta contra as autoridades sanitárias. Estava, assim, selada de berço a sorte da lei que o Congresso discutia, único erro, a meu ver, de Oswaldo Cruz, porém natural porque, como costuma lembrar Gilberto da Costa Carvalho, citando Fontana, só não erram os homens que nada fazem. “O Malho”, entretanto, apontava o melhor caminho: “Todos nos devemos vacinar e revacinar, voluntariamente: por sua parte, o Governo tem meios para obrigar os cidadãos à prática desse processo defensivo, exigindo atestados a todos quantos batam à sua porta. Tudo o que exceder disso, é provocação intempestiva”. O Governo desprezou o alvitre.

Quase toda a imprensa se mobiliza, então, contra Oswaldo Cruz. Como são muitos a serem vacinados, um caricaturista propõe o “espeto obrigatório”, que vacinaria em série... E como irá o povo defender-se contra a agressão dos vacinadores? Impossível: as lancetas ganharão um cabo e ninguém ficará fora do seu alcance. Já de casa em casa, surgem turmas de vacinadores, com escolta policial, intimidando os moradores. Claro: se a vacina é jeneriana, deve ser empregada genericamente — dizem os trocadilhistas... J. Carlos sugere um remédio: que o vacinador seja enfrentado por uma megera munida de um bom cabo de vassoura: “Malcriado! Vá vacinar seu pai!” Noutra

caricatura, uma família inteira espera o médico a cacete: “Vá, amigo, entre — quero vaciná-lo”. No porrete em riste, uma frase: “Serum contra a invasão do lar”.

Quando uma preta — a Cipriana — morre vítima de “gengrena consecutiva a vacinação anti-variólica” (causa-mortis atestada por um outro dr. Cruz, este, porém, positivista) então a patulêia se alvoroça e os horizontes se turvam. A insinuação de “O Tagarela” diverte: ao jovem que a persegue, dizendo-lhe — “Deixe que a vacine!”, a pequena responde: “Eu sou de família!”. Em outra caricatura, o Governo não consegue conter a alimária do povo para que seja cavalgada pela lei da vacina obrigatória. A calúnia e a insensatez progridem. Que quer Oswaldo com sua vacina? Transformar o homem num campo vivo de experiências. Para que anda comprando ratos? Para extrair deles a vacina mortífera. Que está imaginando para 1905? A lavagem obrigatória! E qual o motivo da briga entre dois meninos? Um queria vacinar o outro à força — este passou-lhe o braço...

A lira popular lança mais lenha ao fogo:

Bem dura, na verdade, a nossa sina!
Inda um mal não termina, outro começa!
Vamos perder deveras a cabeça,
com a obrigatoriedade da vacina!

Das moléstias valendo-se, a Higiene
segue do povo na opressão infrene
da tirania o pavilhão desfralda!

Lícito é, pois, que o povo erga seu brado
por ter de ser à força vacinado
por esses cafajestes de esmeralda!

Numa capa de revista, o algoz apresenta ao povo a alternativa: ou algemas de ferro ou lanceta: “Escolhe!” O estímulo à rebelião popular é a tônica dos panfletários. O caricaturista Leônidas desenha o que será o choque entre a população revoltada e o Napoleão da lanceta e da seringa. Um panfleto se es-

palha pela cidade: “Cidadãos: um governo anti-republicano, mais que isso, anti-patriótico, levado pelos conselhos egoísticos de charlatães sem clínica, pretende fazer a Pátria retrogradar para além do regime colonial, para além do tempo das feitorias, transformando o povo num viveiro de cobaias. O atual regimento, cognominado Código de Torturas, é uma agressão à dignidade humana, um ultraje à probidade médica, um atentado a nossos brios, é uma violação insólita de vossas câmaras conjugais, é um desacato grosseiro ao nobre melindre de vossas esposas, é, finalmente, um bote selvagem aos santos aposentos de vossas filhas púberes”.

E Rodrigues Alves começa a compreender que, por trás de toda aquela resistência, se trama a queda do Governo, senão a substituição do regime, pela volta à monarquia.

Aprovada no Congresso, a lei sobe à sanção presidencial. O Presidente hesita, mas, Mefistófeles, de dedo em riste numa capa de “O Malho”, impõe: “Assina!”. A lei é sancionada, realmente, a 31 de outubro de 1904. Os frutos do conúbio Positivismo/Oposição, porém, amadurecem. A Escola Militar é atraída por oficiais indignados pelos positivistas. O povo, engrossado pelos desordeiros que descem da Gamboa e do Saco de Alferes, põe-se a derrubar lampiões, a erguer barricadas com pedras dos entulhos, a cortar fios telefônicos, a incendiar bondes, a investir contra a Companhia do Gás. Resistindo à pressão dos que insistem na demissão de Oswaldo Cruz, o que salvaria a situação, Rodrigues Alves responde: “Um homem desses não se demite. Ademais, a vacina é apenas um pretexto”.

A tropa legal sai às ruas. Há tiroteios, feridos, mortos. Correm a Rodrigues Alves, aconselhando-o abrigar-se num vaso de guerra. Outra resposta histórica: “Meu lugar é aqui!” Fica no Catete, mandando prender os chefes da mazorca, muitos deles abandonando, miseravelmente, seus iludidos subordinados. Esclarece-se, por fim, a ação criminosa dos pescadores de águas turvas, Lauro Sodré à frente.

Embora sancionada, a lei não foi regulamentada. Oswaldo Cruz desabafar, em seu relatório de 1904: “É vergonhoso que,

no século XX, a cidade que por todos os motivos tem o incontestável direito de ser considerada a primeira cidade da América do Sul, tenha sido o maior foco de varíola do mundo, em 1904! (...) Uma torpe exploração política, torpe porque especulou com a saúde e a vida da massa popular ignorante, impediu que tão patriótica lei já esteja em vigor. Tem esta Diretoria absoluta certeza que o patriótico Governo da República ordenará quanto antes que esta Diretoria ponha em prática a salutar lei. A aplicação da medida é reclamada pelas 3.566 vítimas imoladas em 1904, pela varíola". E que deduções de tão trágico fato tiram os positivistas? Esta: a recrudescência da varíola era devida aos milhares de vacinações que chegaram a ser feitas.

Oswaldo Cruz tenta a regulamentação prometida da lei, moldando-a na da Alemanha. Elabora um ante-projeto. Cauteloso, Seabra opina que tudo seja submetido ao "juízo, discussão e deliberação de homens habilitados, quer na sua parte técnica, quer na que deve jogar com as garantias constitucionais". A reunião de tais juizes e técnicos, com presença de Oswaldo Cruz, foi muitas vezes interrompida, na praça fronteira, por assuadas do povo bem ensaiado, que a polícia dispersava, tumultuosamente. Até Seabra parecia duvidar — ou temer. Na melhor das hipóteses, ganhava tempo... Só 15 anos depois, com Carlos Chagas à frente da Saúde Pública, viriam a ser fixadas, em novo Regulamento Sanitário, normas de sistematização da vacinação anti-variólica.

Oswaldo Cruz não desanima. Olhado de longe, na perspectiva do tempo, parece-nos que bem penoso deveria ser conviver com esse homem, teimoso até à obstinação, casmurro, inflexível, intratável, avesso a recepções e fotografias. Mas, não é esse o testemunho dos seus contemporâneos. Quantos o viram e com ele conviveram, informam o contrário: era homem simples, sizado, porém não ríspido, de fala mansa e baixa, que aos seus mais humildes auxiliares considerava amigos e não subordinados. Figueiredo Pimentel o vê, no seu "O Binóculo", com "a modéstia da violeta, o jeito de querer se esconder, escapando a grandes passadas na multidão", a pressa dentro de si mesmo,

não nos gestos ou nas abas da casaca, em seu afã de vencer a distância ou o tempo.

Estabelecidas as linhas mestras do saneamento do Rio de Janeiro e restaurados seus créditos ao estrangeiro, Oswaldo Cruz amplia o seu raio de ação, lançando os olhos sobre os portos do país, muito frágeis, em suas defesas sanitárias. Urgia melhorar sua infra-estrutura, com o fim de evitar, pela instituição de rigorosa polícia sanitária marítima, que permanecessem portas abertas à invasão de doenças exóticas. Cumpria incorporá-los ao grande esquema da segurança sanitária do Brasil, pela unificação dos serviços de profilaxia geral. Definiu, nessa oportunidade, como "um descabro nacional", se corporificadas, as ameaças que pesavam sobre o Brasil, pela incidência, ainda alta, da febre amarela, da peste e da varíola, em diversas cidades do Noroeste. Traça, então, um vasto plano de profilaxia, pede ao Governo 4.000 contos de réis e parte, num simples rebocador, o que lhe vale uma carga de descomposturas, por haver-se apropriado de um barco pertencente a outra repartição e necessário ao serviço da Guanabara... No Recife, Sigismundo Gonçalves lhe pede impressões sobre a cidade. Um humorista as dá, por ele: "Bela cidade, um tanto imunda e esburacada, o que admira, sendo a terra de Rosa e Silva, o estadista menos esburacado e o mais cheiroso desta República".

Nessa viagem, que se estende de setembro de 1905 a fevereiro de 1906, sua meta final é Belém e Manaus, muito visitadas, à época, por estrangeiros, continuamente vitimados. Pois, não fora em sua passagem por Lisboa que, diante de um doente chegado do Pará, lhe haviam indagado: "Não dizem que a febre amarela está extinta no Brasil?" Estava, sim, no Rio. E ele próprio declarou ao "Jornal do Commercio": "Por causa dos raros casos do norte, podemos por em risco, no estrangeiro, os resultados obtidos no Rio". Entre Norte e Sul, vinte e tantos portos são visitados, na intenção de rejuvenescimento de seus serviços preventivos.

Passa o tempo e não se interrompe a ação de Oswaldo Cruz, já cansando, embora não cansado. E a evidência, não apenas estatística, para olhos de letrados, entra pelos olhos da po-

pulação. Decrescem os índices de morbidade e de mortalidade da febre amarela e da peste. Mais do que isso: decresce a mortalidade geral, cujo coeficiente, por 1.000 habitantes, de 26,70, no quinquênio 1902/1906, se reduz a 22,65, no seguinte. Isso não impede que "O Tagarela" continue a tagarelar: "Se a febre amarela não aparecer este ano, vão ver que o pretensioso dr. Mata Mosquitos se vai gabar de que se deve o sucesso às suas desinfecções, expurgos e matanças de estegomias. E os seus engrossadores, no seu costumado snobismo, ainda lhe baterão palmas e cantarão hosanas. Grandes papalvos!"

Não adiantam mais esses tiros esparsos de cidadela conquistada. Já fecham suas portas algumas casas funerárias. Despovoa-se o Hospital São Sebastião. Infelizmente, a Justiça continua concedendo habeas-corpus, o que leva "O Malho", já pensando diferentemente, a escrever: "38 graus à sombra! Vejam os senhores! As excavações nas ruas continuam francamente, draga-se a vasa da baía, derruem-se velhos prédios aos montes, revolve-se o solo, o calor é terrível, as chuvas são escassas e rápidas e, todavia, não morre quase ninguém! Vejam o obituário: brezeio para impedir a epidemia violenta e determinar tão reduzida mortalidade. Que poderá ter sido? Evidentemente, a ação da polícia sanitária, lavando calhas e regos, expurgando, desinfetando, destruindo germes e larvas... Pois tudo isso vai acabar. O Supremo Tribunal reduziu tudo isso a nada. De agora em diante, está o povo livre de desinfecções. Do que não está livre é da morte". Creio ser dessa data a nota do "Correio da Manhã", preito de justiça a Oswaldo Cruz: "Há um bacilo mais violento e de mais fértil propagação do que o da varíola: é o da ingratidão. Em qualquer país do mundo, um homem que tivesse prestado ao povo os serviços que Oswaldo Cruz prestou ao povo desta terra, só teria o seu nome lembrado para o reconhecimento e para a bênção. Aqui, não falta quem lhe procure amesquinhar o vulto, quem o agrida e o injurie..."

Uma tarde de fevereiro de 1907, Oswaldo Cruz sobe, sem pressa, as escadas do Catete, para pagar, no vencimento, a dívida que contraiu. Declara ao Presidente que "a febre amarela...

la está extinta, sob a forma epidêmica, no Rio de Janeiro". E deve ter saído como entrou, despercebido. Havia reaberto o porto do Rio de Janeiro, como depois reabriria o de Belém, à navegação estrangeira, um século depois de haver dom João VI franqueado os portos de todo o Brasil ao comércio internacional. Não por um simples decreto, mas, pela afirmação de sua energia e do seu patriotismo, Oswaldo Cruz repetia 1808, na história do Brasil.

O ambiente começa transformar-se. Vão rareando os ataques da imprensa. Os seus traços fisionômicos são amenizados pelos mesmos lápis que antes o satirizaram: Kalisto Cordeiro, Leônidas, Raul, J. Carlos... Já não agridem, os seus bigodes; já não fusilam, os seus olhos; já não flameja, a sua cabeleira. As legendas se curvam à realidade de um herói que volta dos campos de batalha com medalhas no peito. E um espetáculo novo surpreende os brasileiros: os números, em severas expressões estatísticas, refletindo verdades meridianas, começam uma dança inédita. As linhas dos gráficos tomam rumos estranhos, em descidas incríveis. Habitante de uma cidade redimida, o carioca mal acredita no que vê (ou no que já não vê). A passagem do Viático, os toques sinistros dos sinos, as carruagens fúnebres, os anúncios de falecimento, as missas de sétimo dia — como que se despedem, para sempre, da paisagem social do Rio. A febre amarela e a peste recuam, batidas, nos obituários. Olavo Bilac exalta o Governo, por ter sido o primeiro que "soube ver na imundície, nas más condições sanitárias do Rio de Janeiro, a fonte de toda a desmoralização do Brasil, porque nem as guerras civis e os conflitos de ambições que ensanguentaram os primeiros anos da República, nem a crise e os apuros da lavoura, nem a politicagem desenfreada que tem avassalado os Estados — nos têm feito tanto mal como a existência dessa infame febre amarela..."

E um grande acontecimento acaba por galvanizar o patriotismo brasileiro: em setembro de 1907, Oswaldo Cruz é consagrado no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Único país que ali se fez representar, dentre os da América Latina, obteve o maior espaço no Reichstag, local

O que não temos é gente de resolução como Oswaldo Cruz". E veja o sr. Rivadávia Correia "o que está sucedendo com a alimentação do povo. Encarregue aí o benemérito Oswaldo Cruz de organizar um novo plano de saneamento". E qual o conselho que se deve dar ao crítico literário José Veríssimo? Que continue impávido sua obra, para chegar a ser o Oswaldo Cruz de nossas letras. E já começam a pedir-lhe impossíveis. Por exemplo: que acabe com o micróbio da politicagem...

Nunca se havia visto — e decerto jamais se verá — recuarem tão humildemente adversários de uma idéia por força do triunfo dessa idéia. Oswaldo Cruz higienizara o Rio — contra o Rio. A revista de ano que Artur Azevedo assina, num dos teatros da cidade, tem seu final apoteótico dedicado a Oswaldo Cruz; carros de alegoria, no carnaval, apresentam à exaltação popular, Rio Branco, Rui Barbosa e Oswaldo Cruz; a voz de Bilac se faz ouvir, alta e sonora, como autêntica voz da nacionalidade: "Parece mentira, mas é verdade: estamos em fevereiro, as cigarras estouram, o sol incendeia a cidade — e não há febre amarela!"

Quando, em 1909, confirmado no cargo, meses antes, por Afonso Pena, louvado por todas as missões científicas que visitam o Brasil, distinguido na capa da revista "Chanteclair", de Paris, aclamado pela opinião pública de todo o país, Oswaldo Cruz se vê atingido por uma lei que proíbe acumulação de cargos, decide-se pela direção do Instituto de Manguinhos, já então Instituto Oswaldo Cruz, cuja construção, acompanhada pela pedra por ele, enfrentou tremendas iras da Oposição. Essa, porém, era uma obra que se igualava, no balanço de sua vida, à que acabava de realizar, dando ao país e ao mundo, a melhor medida da capacidade brasileira e deixando, a difundir-lhe a glória, grandes discípulos, da estirpe de Gouveia de Barros e Amauri de Medeiros, que triunfam, em Pernambuco, fiéis à sua cartilha.

É em Manguinhos, primeiro e maior laboratório de Medicina Experimental da América Latina, que há de plasmar uma geração de sábios aos quais deverá, o Brasil, as mais altas conquistas no campo da Saúde Pública: um Artur Neiva, que vai

eleva o renome da instituição na Argentina, um Rocha Lima, que dará à Alemanha as lições que aprendeu do seu incomparável mestre, um Gaspar Viana, que descobre novas perspectivas no tratamento das leishmanioses, um Carlos Chagas, que eterniza seu nome na espécie que descobre, o *Trypanosoma Cruzi*, responsável pela Doença de Chagas, e tantos outros apóstolos do mesmo credo. A esses, Oswaldo Cruz jamais esquece: ao empossar-se, em 1912, na Academia Brasileira de Letras, diz-se, apenas, "porta-bandeira de outros muitos — médicos, higienistas e experimentadores, que acudiram ao apelo de um Governo providente e sábio e empregaram o melhor de sua atividade e talento, uns no libertar nossa pátria de uma mancha vergonhosa que a enlutava, outros no lançar, entre nós, de maneira sólida, as bases da Medicina Experimental".

Assim fez, em Manguinhos. Mas, nem aí se enclausura nos laboratórios, nem aí descansa ou espairose de tanta luta. Em 1910, a convite do Governo do Pará, extingue, em seis meses, a febre amarela, em Belém, Bragança e Santarém; e faz baixar, na zona da Madeira-Mamoré, as cifras da mortalidade pela malária. Percorre grande parte do interior do Brasil, estudando as condições do homem na zona rural, provocando a criação de muitos serviços de assistência rural. Em 1911, chefia a representação brasileira, na Exposição Internacional de Dresden. A seguir, visita muitos outros países, sempre no interesse da ciência sanitária. Sua meta próxima é alcançada: o Instituto Oswaldo Cruz, escola de sábios, irradia, pelo mundo, o nome do Brasil.

Carlos Chagas lhe traça o necrológio: "A sua obra foi a síntese derradeira dos mais altos ideais humanos. Através das suas lutas e canseiras, sob o irrefrangível rigor das suas medidas administrativas, só fez, durante a sua curta existência, propagar a vida e adiar a morte. Foi anjo de muitos lares, o apagador dos corações sobressaltados, que viam rondar a morte, em torno dos seus entes mais queridos. Enquanto a humanidade se entrematava em Porto Artur, ele conservava milhares de vidas no Brasil. Passou ser o colaborador obrigado de todos os diagnósticos difíceis, fez proselitismo, teve imitadores, êmu-

los, discípulos, competidores com que abriu à Medicina o caminho da exatidão, certeza, diligência, proficuidade, que hoje lhe dão por toda a parte, os foros invejáveis que possui de ciência positiva”.

No mais aceso de sua campanha pelo saneamento do Rio de Janeiro, a “Revista da Época” havia profetizado: “Daqui a algum tempo, quando se escrever a história da grandeza material do nosso país, o nome de Oswaldo será citado com a reverência devida aos grandes homens de valor, pelo seu saber e pela sua energia”.

A profecia se cumpre, fielmente. Por todo o Brasil, exalta-se, hoje, esse homem admirável cuja humildade nem as glórias da vida pública, nem o ingresso no mais alto cenáculo de letras do País, nem o fulgor do seu nome no frontespício do Instituto de Manguinhos, conseguiram transformar em orgulho, ele que se confessou “um modesto homem de laboratório, um trabalhador que só tem o mérito de prezar, acima de todas as coisas, a profissão que abraçou”.

Hoje, sua presença é constante em todo o Brasil — em ruas, avenidas, praças, escolas, hospitais, institutos de ciência e obras sociais, espelho vivo a oferecer-se, em época de tantos desfalecimentos do brio e da vontade, a jovens, políticos, administradores, empresários, cientistas, a quem quer que tenha uma obra a cumprir ou um ideal a realizar, pelo bem comum. Sua luta, seu destemor, sua tenacidade cedo lhe solaparam a saúde. Nenhum outro homem resistiria mais. O ser hígido que ele era, belo de corpo e de alma, fraqueja pouco além dos 40 anos, quando, para outros, a vida começa. Convencem-no a deixar a direção de Manguinhos, compensando-lhe, o Presidente Wenceslau Braz, o sacrifício, ao entregar-lhe a Prefeitura de Petrópolis, cidade do seu particular encanto. Chega ali trôpego, ele que palmilhara tanto Brasil; quase cego, ele que antevira, mais que ninguém, a grandeza do seu País; e de coração vacilante, o mesmo que nunca deixara de bater forte pelos ideais de solidariedade humana. Mal teve tempo para encher de hortênsias a cidade, dando-lhe, por milagre de suas mãos, a graça e o perfume que ainda hoje subsistem.

Ao fim de seis meses, não suportou mais o encargo. A morte, que tanto o poupou aos brasileiros, não o poupa. Nas páginas do seu testamento, deixa, como Caxias, admiráveis lições de estoicismo. Pede aos seus descendentes. “Procurem diversões, teatros, festas, viagens, para que não prolonguem o natural sentimento que trará minha morte”, visto não haver “vantagem alguma em amargar com lágrimas prolongadas os tão curtos dias de nossa existência”. Que lhe envolvam o corpo num simples lençol, como tantos dos cadáveres de gente pobre que ele viu descer à vala comum; que não façam convites para enterro e missas. E quanto a luto, nenhum, porque este — acrescenta — “se traz no coração e não nas roupas”. Tudo porque encara a morte como um “fenômeno fisiológico naturalíssimo, geral, normal, banal”. Entretanto, esse fenômeno naturalíssimo, geral, normal, banal, foi durante anos e anos a razão de ser de sua vida, na extenuante tentativa de adiá-lo tanto quanto possível por lhe ser impossível impedi-lo.

O sábio estrangeiro que, vindo ao Brasil, ouviu Oswaldo Cruz descrever-lhe a dura luta de sua evangelização em terra de missões do seu País, resumiu suas impressões numa pequena frase: “Oswaldo Cruz é um homem!” Esse epíteto, “o mais belo e o mais nobre — como afirma Afrânio Peixoto — que o homem costuma dar ao seu semelhante, talvez porque raríssimos o mereçam”, cabe a Oswaldo Cruz com inicial maiúscula, e com todas as suas implicações, por sua firmeza de caráter, por seu amor ao estudo, por sua modéstia de sábio, por sua fibra de administrador, pelo equilíbrio perfeito de sua personalidade, espírito limpo de prevenções, inteligência limpa de preconceitos, todo ele límpido na nação e no pensamento e fiel, como nenhum outro brasileiro, ao Brasil.

Os versos de Gervásio Fioravanti

LUIZ DELGADO

Descuidado do seu próprio talento e alheio a quaisquer vaidades, Gervásio Fioravanti publicou duas reduzidas coletâneas de versos com um intervalo de mais de trinta anos. Seria, aliás, mais justo dizer-se não que ele publicou, mas que publicaram por ele.

Sabe-se das circunstâncias em que foi editada a primeira, sob o título de *Os meses*: Martins Júnior tendo ouvido os pequenos poemas, pediu-os para os ler com vagar, levou-os para o Rio de Janeiro, escreveu-lhes um curto prefácio (inclusive para contar esta história), e fê-los imprimir em 1895. Pretendia Martins Júnior, com isso fazer conhecidos no sul do país alguns intelectuais pernambucanos de cujos nomes ninguém falava por aquelas plagas. Indicava, como exemplos, Teotônio Freire, França Pereira, Faria Neves Sobrinho, Demóstenes de Olinda, Taumaturgo Vas, Alcedo Marrocos e João Gonçalves Júnior ou seja, Gregório Júnior, Gervásio parecia-lhe, de todos, “o que tem uma fisionomia mais própria, um modo mais pessoal de sentir e de dizer. Não se submete a qualquer preocupação de escola, à imitação deste ou daquele modelo”. A ausência de sistema que Martins, inventor de uma poesia rotulada de científica, honestamente contrapunha ao seu modo de ver — fazia com que Gervásio fosse, na sua terminologia crítica, “um subjetivista”. Mesmo quando o poeta recorda ou pinta um pedaço da natureza, dizia o prefaciador que “o seu temperamento transforma esse pedaço do real, esse *quid* objetivo, em longas áreas de sonho, de sentimentalidade fantasista onde cresce a árvore da Ilusão Humana, regada pela eterna corrente do Amor”.

Também a impressão de *Horas Marianas*, em 1927, atendeu a circunstâncias fortuitas: eleito paraninfo dos bacharéis de Direito daquele ano e não se tendo realizado as solenidades tra-